

---

## Reitor da UFSC e outros 6 são presos suspeitos de desvio de recursos

O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luís Carlos Cancellier de Olivo, e outras seis pessoas foram presas em Florianópolis nesta quinta-feira (14/9) durante uma operação que apura um suposto desvio de recursos para cursos de Educação a Distância (EaD) da UFSC. São investigados repasses de R\$ 80 milhões.

Segundo a Polícia Federal, o reitor teria tentado atrapalhar as investigações internas da UFSC feitas pela corregedoria da universidade.

De acordo com as investigações, foi identificado que professores da universidade, empresários e funcionários de instituições e fundações parceiras teriam atuado para o desvio de bolsas e verbas de custeio por meio de concessão de benefícios a pessoas sem qualquer vínculo com a UFSC.

Ao todo estão sendo cumpridos 16 mandados de busca e apreensão, 7 mandados de prisão temporária e 5 mandados de condução coercitiva, além do afastamento de 7 pessoas das funções públicas que exercem. Os mandados estão sendo cumpridos em Florianópolis, Itapema (SC) e Brasília. As ordens foram expedidos pela 1ª Vara da Justiça Federal de Florianópolis.

Em Brasília, há buscas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação ligada ao Ministério da Educação destinada a apoiar programas de pós-graduação e a formação de professores de educação básica. A Justiça Federal determinou que a unidade central da Capes "forneça imediatamente à PF acesso integral aos dados dos repasse para os programas de EaD da UFSC".

De acordo com a Polícia Federal, as investigações começaram a partir de suspeitas de desvio no uso de recursos públicos em cursos de Educação à Distância oferecidos pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFSC. O programa UAB foi instituído em 2006 pelo Governo Federal com o objetivo de capacitar prioritariamente professores da rede pública de ensino em regiões afastadas e carentes do interior do país.

Os alvos da operação são investigados pelos crimes de fraude em licitação, peculato, falsidade documental, estelionato, inserção de dados falsos em sistemas e organização criminosa. A operação é resultado de uma atuação conjunta da Polícia Federal com a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Polícia Federal.*

### Date Created

14/09/2017